

2

O funcionalismo

O *funcionalismo* é mais que uma teoria, é um modo de pensar sobre a linguagem e suas relações com a organização do mundo, por isso não é possível delinear somente uma corrente de estudos dentro do seu enfoque. Enquanto se preocupa com as constantes transformações das formas da linguagem na sociedade, opõe-se sistematicamente ao *formalismo*, que foca o funcionamento interno do sistema linguístico. Tem-se difundido que o modo de pensar funcionalista surgiu das ideias do Círculo Linguístico de Praga, nos anos 20 do século XIX e é contrário às posições dos Neogramáticos, no que tange à mudança linguística. Porém, há citações de estudiosos em épocas anteriores que remetem ao modelo funcional de análise linguística.

Ainda no séc. IV a.C., Aristóteles aponta o princípio que rege o funcionalismo: a correlação entre forma e função. Os estoicos anomalistas, com base na irregularidade da língua, também contribuem para o que podemos chamar de antecedentes do funcionalismo, ao afirmarem que os significados das palavras não existem fora do contexto onde aparecem.

No séc. XIX, Humboldt, considerando a linguagem como uma habilidade criadora, apresenta alguns aspectos presentes no modo de pensar funcionalista. Para o lingüista, o fato de a língua ser uma capacidade mental, uma capacidade viva, torna-a suscetível de se alterar, adaptando-se às exigências das circunstâncias. Fica clara a importância do *uso* para que ocorra a mudança linguística. Apesar de a teoria de Humboldt apontar para aspectos de linguística geral, o autor considera que as línguas têm características individuais como manifestações particulares do grupo ou nação que a fala, de acordo com aspectos culturais específicos. A relação específica do falante com sua língua, que possui sua estrutura própria, é o que permite a diferenciação dos idiomas e, de certo modo, aponta para o que se verifica nas teorias apoiadas na *pragmática*.

O enfoque principal do funcionalismo consiste em analisar o desenvolvimento do discurso, organizando seus traços caracterizadores e distinguindo-o de uma simples lista de frases que não são relacionadas entre si. Sendo assim, o estudo das transformações que se registram na língua ao longo do

tempo leva a notar que elas são uma fórmula para uma adaptação mais econômica às necessidades de comunicação na sociedade.

2.1. O Círculo Lingüístico de Praga

Denomina-se *Círculo Lingüístico de Praga* ou *Escola de Praga* o conjunto de linguistas que elaboraram as “teses de Praga”, como resultado do primeiro Congresso Internacional de Linguística de Haia, em 1928. Na verdade, o Círculo foi fundado em 1926 por Mathesius, que contou com a reunião de pesquisadores tchecos e a colaboração de autores estrangeiros, como o alemão Karl Bühler, e os franceses Tesnière, Benveniste, Vendryès e Martinet. Entretanto, as figuras dominantes ou de maior relevo na Escola de Praga são Troubetskoï e Jakobson, que a ela se juntam em 1928.

As bases da linguística funcional aparecem formuladas num artigo de Mathesius publicado pela primeira vez em 1929, cujo título é *Funcional linguistics*. Nele, Mathesius faz um apanhado da situação linguística tcheca nos anos 20 e lança os dois fundamentos do funcionalismo pragueano: a opção pela sincronia, e os laços entre as pesquisas linguísticas e o campo social da arte e da criação.

O Círculo de Praga traz como traço relevante a combinação do estruturalismo e do funcionalismo, e a ideia geral que funda o pensamento pragueano é a de que a estrutura das línguas é determinada por suas funções características. O funcionalismo de Praga é estruturalista porque seu objeto é a língua como sistema, e a importância do pressuposto funcional está em acrescentar um questionamento em termos de funções e tarefas.

2.1.1. As teses da Escola de Praga

As teses de Praga foram publicadas como trabalho coletivo no primeiro volume dos *Trabalhos do Círculo Lingüístico de Praga*. São nove teses que apresentam estudos sobre o conjunto do funcionamento da língua e formulam proposições para o estudo do tcheco e das línguas eslavas. As três primeiras teses,

de interesse mais geral, embora com referência ao sistema eslavo, serão expostas a seguir:

2.1.1.1.

Primeira tese – Problemas de método que decorrem da concepção de língua como sistema e a importância dessa concepção para as línguas eslavas.

A língua é vista como um produto da atividade humana que possui uma finalidade, por isso se deve respeitar em linguística o ponto de vista da função. Sendo assim, a língua é um sistema de meios apropriados a um objetivo, e não se podem compreender os fatos da língua sem considerar o sistema aos quais eles pertencem.

Na 1ª tese, é exposta também a forma como as mudanças linguísticas devem ser tratadas: não como fatos aleatórios e isolados, mas encaixados segundo as leis dos fatos evolutivos (nomogênese).

2.1.1.2.

Segunda tese – Tarefas necessárias para o estudo de um sistema linguístico, em particular o sistema eslavo.

Embora a 2ª tese se volte para o estudo do sistema eslavo, nela se delineiam aspectos que funcionam como as bases dos estudos funcionalistas que seguiram os estudos pragueanos. Nessa tese têm-se as primeiras bases da fonologia de Praga, com a contribuição de Jakobson e Trubetskoï, uma teoria da palavra e uma teoria sintática, que pode ser considerada a primeira gramática funcional, desenvolvida por Mathesius.

No último ponto desta tese, “Teoria dos procedimentos sintagmáticos”, Mathesius toma o predicado como o centro da sintaxe. A predicação é o ato criador da frase, e a sintaxe funcional, ao voltar seu olhar para ela, estuda também a forma e a função do sujeito gramatical. A partir do método comparativo, é possível verificar que as línguas possuem mecanismos diferentes para construir a predicação.

2.1.1.3.

Terceira tese – Problemas das pesquisas sobre línguas de diversas funções.

A terceira tese apresenta a noção central de *função* em linguística que atravessará todos os enfoques funcionalistas posteriores. Além disso, trabalha com as noções de língua literária e língua poética.

O princípio-base do funcionalismo é delineado da seguinte forma: a natureza das funções linguísticas determina a estrutura da língua. Sendo assim, é de acordo com as funções linguísticas que se transformam a estrutura fônica, a gramatical e a composição do léxico.

2.2.

O paradigma funcional

O paradigma funcional leva-nos a considerar não só os aspectos formais, mas também e principalmente, os semânticos e pragmáticos nas manifestações linguísticas. As regras pragmáticas regem a interação verbal como uma forma de atividade cooperativa, e as regras semânticas se associam também às regras fonológicas e sintáticas, ligadas às expressões linguísticas. Com isso, temos que as leis de evolução linguística são sociais e, portanto, mutáveis, contrariamente ao que propunham os Neogramáticos.

O modelo funcionalista lança um olhar diferenciado sobre a língua, tendo como premissa que forma e conteúdo extravasam os limites da gramática, para serem analisados no ato de comunicação, no uso. Ao investigar a língua, os funcionalistas consideram os aspectos extralinguísticos porque a língua é vista como um sistema de relações. A função linguística compreende o seguinte: para cada função é atribuído um significado, e para cada significado uma função. A função é, então, estudada com relação ao uso (intenção do usuário) ou efeito do uso.

A gramática funcional tem como fundamento a interação social e entende que as manifestações linguísticas são acessíveis às pressões do uso. Considera a competência comunicativa, isto é, a capacidade que os usuários têm de não só codificar e decodificar expressões, mas também de usá-las e interpretá-las satisfatoriamente. Tanto falante quanto ouvinte possuem informação pragmática, adquirida pelas experiências linguísticas e culturais. Quando o falante produz um

enunciado, pretende modificar algo na informação pragmática do ouvinte. Para isso, precisa formar uma interação comunicativa de acordo com a modificação que quer provocar na informação do destinatário. Esse processo parte de uma antecipação por parte do falante da interpretação que o destinatário produzirá num determinado estágio da expressão linguística. A expressão linguística serve apenas para mediar a interpretação do destinatário, pois ela não está baseada somente na expressão, mas na informação pragmática que ele possui, pela qual ele interpreta a informação linguística. Em relação ao falante, a expressão não precisa ser uma verbalização completa da sua intenção, uma verbalização parcial pode ser suficiente, de acordo com o conhecimento que o falante tem da informação do destinatário.

Segundo Dik (*apud* NEVES, 2004, p. 21), a interação verbal é uma atividade cooperativa estruturada, porque exige mais de um participante e é governada por regras, normas, convenções. Desse modo, a linguística deve ocupar-se de dois tipos de sistemas de regras: as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas (relacionadas à expressão), e as regras pragmáticas (relacionadas à interação verbal).

O paradigma funcional estabelece uma contraposição com o modelo formal de estudo linguístico, que investiga a linguagem independente do uso. Os formalistas, entre eles os gerativistas, estudam a língua fora de contexto, tendo como preocupação suas características internas: os constituintes e as relações entre eles; daí surge a concepção de língua, rejeitada pelo funcionalismo, como um conjunto de frases, um sistema de sons, um sistema de signos, igualando a língua à sua gramática. A abordagem funcional considera que a gramática não abarca só os morfemas, os sintagmas, as estruturas da *langue*, mas o embasamento cognitivo da comunidade e sua informação pragmática. Moura Neves sintetiza os escritos de Dik, contrapondo funcionalismo e formalismo, da seguinte forma (*Ibid.*, p. 46):

	PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
Como definir a língua	Conjunto de orações.	Instrumento de interação social.
Principal função da língua	Expressão de pensamentos.	Comunicação.

Correlato psicológico	Competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações.	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua.
O sistema e Seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação.	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso.
Língua e contexto/ situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação.	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto.
Aquisição da linguagem	Faz-se com uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não-estruturado de dados.	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural.
Universais lingüísticos	Propriedades inatas do organismo humano.	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais.
Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica.	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica.

Halliday (*apud* NEVES, *Ibid.*, p. 47) distingue as gramáticas funcionais das formais, principalmente, porque estas estão assentadas na lógica e na filosofia e têm orientação primariamente sintagmática, enquanto aquelas estão assentadas na retórica e na etnografia e são primariamente paradigmáticas. Neves (*Ibid.*, p. 47 e 48) escreve, com base em Halliday, que

As gramáticas formais

- 1) interpretam a língua como uma lista de estruturas entre as quais, num segundo passo, podem ser estabelecidas relações regulares;
- 2) tendem a:
 - enfatizar os traços universais da língua;
 - tomar a sintaxe como base da língua (gramática arbitrária);
 - organizá-la, desse modo, em torno da frase.

As gramáticas funcionais

- 1) interpretam a língua como uma rede de relações, entrando as estruturas como a realização das relações;
- 2) tendem a:
 - enfatizar variações entre línguas diferentes;
 - tomar a semântica como base (gramática natural);
 - organizá-la, desse modo, em torno do texto ou do discurso.

Para este trabalho, importa primordialmente a distinção entre as correntes funcionalista e formalista na relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática, pois acredito que nela está a chave para entender as raízes de algumas confusões nas concepções de sujeito e objeto direto, alvo desta pesquisa. Além disso, a

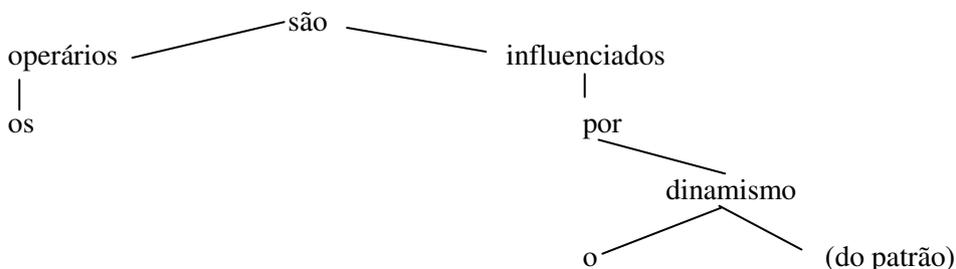
consideração da predicação como centro da frase, observada já em Mathesius, voltando o olhar para o verbo como o centro de onde irradiam as relações, aponta para uma ramificação da teoria funcionalista que é de suma importância para minha pesquisa: a gramática de valências.

2.3. A Gramática de Valências

Um dos primeiros estudiosos a desenvolver a teoria de valências foi Lucien Tesnière, ao estabelecer a gramática de dependências. Seu estudo tem base na gramática francesa e considera o verbo como centro da frase. Por isso, esse autor é frequentemente citado por outros autores que deram continuidade a seus estudos, como Busse & Vilela (1986).

A dependência, para Tesnière, justifica-se caso a existência de um elemento exigir a existência de outro. Segundo o autor, o verbo é o elemento de que dependem todos os outros, ficando em posição central na frase. A teoria ou gramática de valências considera exatamente esse aspecto: o verbo é o centro a partir do qual irradiam os outros elementos na estrutura frasal.

Vilela (1992) trabalha a teoria de valências a partir do conceito de elemento *dependente* e de elemento *regente*. Segundo o autor, a análise deve partir de cima para baixo, ou seja, da frase para as suas partes. A frase é composta de grupos de palavras, antes de chegar às palavras são encontrados os grupos ou membros sintáticos. Em cada grupo os elementos individuais dependem uns dos outros de uma determinada maneira: há o elemento hierarquizador (*regente*) e o elemento *dependente* (regido). Um mesmo *regente* pode ter vários elementos *dependentes* (p.30):



Os elementos dependentes ou *satélites* são dependurados imediatamente num regente. Em cada grupo de palavras considerado fora de contexto existe um elemento regente interno ou núcleo, do qual os outros elementos dependem. É o

núcleo que caracteriza o grupo, de acordo com sua natureza, constituindo o grupo nominal, o adjetival, o verbal etc. Se o grupo de palavras é tomado no contexto, tem-se o regente externo, que não faz parte do grupo de palavras e permite caracterizar o grupo de um modo diferente da caracterização por regente interno. Olhando a frase de cima pra baixo, chamam-se *membros sintáticos* aos grupos de palavras.

Seguindo a perspectiva que adota o verbo como centro da frase, Vilela apresenta a valência da seguinte forma (*Ibid.*, p. 31):

Os membros constituídos a partir do verbo são importantes, pois com eles formamos *membros frásicos*: o verbo é o núcleo. O que equivale a dizer que as frases têm uma estrutura específica: *toda a frase tem um verbo finito e é esse verbo finito que constitui originariamente a frase.* (...) Podemos deste modo definir a frase como uma construção linguística que contém um verbo finito, e não compreende qualquer elemento que a subordine a outros elementos, sendo portanto potencialmente autónoma adequando-se à univocidade dos actos de fala.

É aqui que surge o termo *valência*: *os satélites encontram-se numa relação mais ou menos exclusiva com o seu regente.* (...) *A valência é assim a propriedade de um elemento exigir, permitir, excluir complementos específicos.* Aos complementos específicos chamamos *actantes*, aos não específicos, *circunstantes*.

2.3.1. Actantes e circunstantes

Segundo o conceito de valência, o verbo possui espaços vazios a serem preenchidos, que podem corresponder ao *sujeito*, ao *objeto direto*, ao *objeto indireto* e ao *complemento adverbial*, de acordo com a necessidade do verbo em questão. Porém, há termos encadeados no verbo que não fazem parte de sua valência e são usados para ancorar a frase no contexto. Aos primeiros, correspondem os *actantes*, a estes, os *circunstantes*.

Vilela escreve o seguinte (1992, p. 32):

Aos complementos correspondentes aos lugares vazios abertos pelo verbo, isto é, aos argumentos ou complementos proposicionais, chamaremos *actantes* (ou simplesmente complementos), e aos complementos situados para além do dinamismo proposicional do verbo, chamaremos *circunstantes*.

Existem, deste modo, verbos que possuem um, dois, três ou mais espaços vazios, ou não possuem nenhum espaço a ser preenchido. Por exemplo:

- em *chegar* temos um lugar vazio: suj
- em *anoitecer* não temos qualquer lugar vazio
- em *ir* temos dois lugares vazios: suj + ca (complemento adverbial)

- em *escolher* temos dois lugares vazios: suj + cd (complemento direto)
- em *oferecer* há três lugares vazios: suj + cd + ci (complemento indireto)

Os circunstantes, segundo Vilela, “são complementos de frase e não pertencem ao quadro frásico do verbo” (*Ibid.*, p. 32). A distinção entre circunstante e complemento adverbial é importante, pois este é actante e faz parte da valência verbal. Uma frase como *Ele foi** é agramatical, pois o verbo *ir* tem um lugar vazio que não foi preenchido (cf. *Ele foi ao centro da cidade.*), diferentemente da frase *Eu comprei livros (no Rio de Janeiro)*, em que o membro sintático *no Rio de Janeiro* não pertence à valência do verbo *comprar* e serve apenas como contextualizador. Embora semelhantes devido ao significado de *lugar*, os termos grifados diferenciam-se quanto à exigência de sua presença junto ao verbo.

Nem todos os lugares vazios existentes no verbo devem obrigatoriamente ser preenchidos. Se houver a possibilidade de um complemento ser suprimido, ele é facultativo, se sua supressão tornar a frase agramatical, ele é um complemento obrigatório. Tanto o complemento obrigatório quanto o facultativo fazem parte da valência do verbo. Seguem os exemplos dados por Vilela (*Ibid.*, p. 33):

<i>O Rui escreveu uma carta à Joana.</i>	suj + V + cd + ci
<i>O Rui escreveu uma carta.</i>	suj + V + cd + -
<i>O Rui escreveu à Joana.</i>	suj + V + - + ci
<i>O Rui escreveu.</i>	suj + V + - + -
<i>O Rui ofereceu uma prenda à Joana.</i>	suj + V + cd + ci
<i>??O Rui ofereceu uma prenda.</i>	
<i>* O Rui ofereceu.</i>	

Os exemplos acima mostram que para o verbo *oferecer* todos os elementos são obrigatórios, enquanto para o verbo *escrever* todos são facultativos, à exceção do sujeito.

2.3.2. Restrições de significado

A restrição de significado, ou *valência semântica*, regula as possibilidades de combinação dos significados das palavras ou dos grupos de palavras. Em

determinado contexto de um dado significado, são permitidos apenas certos outros significados. Os significados inerentes das palavras são tratados pelo dicionário, e os significados combinatórios dos verbos como núcleo frásico, ou seja, a indicação dos significados referentes ao contexto imediato dos verbos, pertencem à gramática.

Os “elementos significativos dos verbos como centro estrutural da frase estabelecem quais os traços semânticos que devem apresentar os complementos (incluindo o sujeito)” (Vilela, 1992, p. 40). Se tomarmos o verbo *vender*, por exemplo, verificamos que é necessário um termo que preencha o espaço de sujeito que possua o traço [+ humano], além de um termo que preencha a posição de objeto direto, a coisa ou ser vendido, podendo ser de natureza animada ou não, como no exemplo a seguir: *Meu pai* (subj) *vendeu nossas duas casas* (obj dir).

2.4 Gramaticalização

O paradigma funcional considera a mudança linguística não como algo regido por leis não-suscetíveis de alteração, como o consideram os Neogramáticos. Para o funcionalismo, é no uso que as mudanças acontecem, e o contexto tem papel relevante para que elas ocorram. Dentro do quadro de mudança, o tema ou teoria da *gramaticalização* irrompe como uma possibilidade de compreensão de fenômenos que se enquadram no dinamismo da língua. A gramaticalização pode ser considerada como um processo de estruturação da mudança linguística.

Uma mudança começa a acontecer numa dada língua quando duas ou mais construções em variação passam a conviver, e isso nem sempre se dá pacificamente, pois pode ser que haja proscricção da gramática normativa a uma delas. O falante, ao lançar mão das escolhas, não necessariamente usa conhecimentos fornecidos pelos manuais de gramática. O que lhe faz escolher uma das formas variantes é o que melhor se lhe apresenta para atender aos anseios de sua comunicação. A escolha recorrente de determinada forma em detrimento de outra é o que fornece base para a identificação do término do processo de gramaticalização, que começa na convivência das construções e termina com a mutação da categoria e da função de uma construção gramaticalizada.

Os estudiosos de gramaticalização partilham de um mesmo pensamento em relação a dois pontos (Gonçalves et al, 2007, p. 19):

- (i) fazem a distinção entre itens lexicais, signos lingüísticos plenos, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais, de um lado, e itens gramaticais, signos lingüísticos “vazios”, classes fechadas de palavras, lexemas abstratos, palavras acessórias, do outro;
- (ii) consideram que as últimas categorias tendem a se originar das primeiras.

Na gramaticalização ocorre, portanto, um esvaziamento que faz a construção passar de uma estrutura autônoma na língua para um instrumento gramatical, por exemplo, a passagem de *nomes*, *verbos* e *adjetivos* (palavras de uma categoria gramatical plena) a *preposições*, *advérbios*, auxiliares (palavras pertencentes à classe das categorias gramaticais). No processo de gramaticalização, entretanto, não ocorre só a mudança envolvendo itens lexicais, pode ocorrer também a passagem de um item já gramatical a *afixo*, ou seja, a gramaticalização ocorreu numa gradação de menos gramatical para mais gramatical. Tudo isso é confirmado numa definição de gramaticalização de caráter mais restrito, como a sugerida por Gonçalves et ali (*Ibid.*, p. 22):

(...) a gramaticalização poderia, então, ser definida como um processo por meio do qual alguns elementos de conteúdo lexical se desenvolvem, no decorrer do tempo, e se tornam elementos gramaticais e, se gramaticais, passam a mais gramaticais ainda, apresentando-se mais previsíveis no que diz respeito a seu uso.

Sendo a gramaticalização um processo que permite ver todo o percurso de mudança de um item, seu valor é atribuído tanto ao estudo diacrônico quanto ao estudo sincrônico, dependendo do espaço de tempo em que a mudança acontece e do tipo de enfoque. Como a língua é dinâmica, a variação e a mudança serão acontecimentos constantes. A gramaticalização se processa de maneira gradual, de modo unidirecional, aumentando o grau de gramaticalidade de determinado item em relação a seu estatuto original.